

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº. 001/2023

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para execução dos "**Serviços de Restauração, Descrição: Contratação de Pessoa Jurídica com Experiência Em Obras De Restauração em Edificações Tombadas com Interesse Histórico e Cultural Geral da Fazenda Campos Novos**", localizada à Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106), km124, Cabo Frio, RJ.

OBJETIVO

Agir para interrupção do processo de degradação, para manutenção geral do bem tombado nacional "**Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos situado no Distrito de Tamoios**", doravante neste termo denominado apenas por "**Fazenda Campos Novos**", em cumprimento aos dispositivos do Decreto-Lei nº 25/37.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de bem protegido em nível federal, **Processo de Tombamento nº 1492 - T – 02, "Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos situado no Distrito de Tamoios"**, Município de Cabo Frio/RJ, inscrito no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O conjunto tombado consiste de edificação exemplar da arquitetura jesuítica, antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, formado por casa, capela e cemitério anexo, inserido na área desapropriada pelo **Decreto Municipal nº 1918, de 20 de maio de 1993**. Sua capela e o cemitério eram tradicionalmente utilizados pela população das comunidades que vivem em seu entorno até pouco tempo, estando impedidas atualmente de tal uso em função do estado de conservação do imóvel. As terras desapropriadas abrigaram estruturas da administração municipal, estando hoje sem uso por falta de condições de conservação e habitabilidade.

Embora submetido a obras no período posterior ao tombamento finalizado pelo IPHAN em 2014, o conjunto não foi objeto de conservação adequada, ao que se verificam atualmente problemas relativos à principalmente à estrutura dos pisos do pavimento superior e a conservação de alvenarias, revestimentos e instalações, inviabilizando a utilização do imóvel.

BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

Benefícios diretos: garantir as prerrogativas físicas e estéticas do monumento a fim de atrair projetos que determinem a manutenção de sua preservação, sua abertura ao acesso público de visitação básica e segurança e estabilidade estrutural.

Benefícios indiretos: garantir a salvaguarda do bem para a população brasileira a partir de sua revitalização, conforme Decreto-Lei nº25/37, o que também tem por consequência o fortalecimento institucional de todos os entes envolvidos.

CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

A contratação se articula a ações do IPHAN em favor da preservação e promoção do patrimônio cultural.

CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

Os serviços de desinfestação de pragas devem atender às legislações ambientais e sanitárias existentes.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA QUE JUSTIFIQUE A DISPENSA

Não se aplica.

DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA AOS QUAIS OS BENS SERÃO ALOCADOS

Não se aplica.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Não se aplica.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DETALHAMENTO DO OBJETO

CÓDIGO DE DESPESA : 4 4 9 0 5 1 - 0 5			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.

001	SERVICOS DE RESTAURACAO, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA COM EXPERIENCIA EM OBRAS DE RESTAURACAO EM EDIFICACOES TOMBADAS COM INTERESSE HISTORICO E CULTURAL Código do Item: 0769.006.0023 (ID - 178964). Informações Complementares: Casa Sede da Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, construída no século XVII, conforme Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Plantas.	SERVIÇO	1
-----	---	---------	---

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

A sede da Fazenda Campos Novos de Cabo Frio está localizada em um imóvel tombado, sendo assim, qualquer intervenção em paredes, pisos, forros, coberturas, esquadrias e estruturas em geral deverá ser previamente aprovada pelo IPHAN e/ou serão orientados pelo IPHAN, conforme as necessidades técnicas apresentadas pela empresa contratada para execução. Em caso de dúvida ou dificuldade em relação à intervenção no imóvel, o serviço deverá ser interrompido para consulta à FISCALIZAÇÃO para orientação dos devidos procedimentos.

Os bens móveis e integrados, tais como peças de mobiliário, vitrines e demais elementos que não forem removidos dos locais onde se realizarão os serviços contratados deverão ser protegidos de modo especial. Essas proteções serão executadas caso a caso, com a orientação do IPHAN, e deverão ser feitas com compensado 12mm, caixas de papelão, lonas plásticas e/ou espuma sintética.

Se for necessária a passagem das instalações pelo piso, este deverá ser recomposto, seguindo o acabamento original. Caso as peças originais sejam danificadas, as mesmas deverão ser restauradas ou substituídas por peça semelhante.

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, seguindo rigorosamente as indicações contidas no Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Plantas.

Deverão ser observadas as legislações, normas e os regulamentos referentes à elaboração dos serviços objeto deste Projeto Básico, considerando suas atualizações, destacando-se os que seguem:

Códigos, Leis, Decretos, Portarias, Regulamentos e Normas Federais, Estaduais e Municipais;

Normas da ABNT e do INMETRO;

Manuais de Obras Públicas-Edificações – Práticas da SEAP (Secretaria de Estado e Administração do Patrimônio) – Projeto, Construção e Manutenção;

Manual de elaboração de projetos – Programa Monumenta;

Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA;

Resolução CONAMA 307/2002;

Lei Federal nº 1098/ 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Instrução Normativa nº 01/ 2003, que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica;

Instrução Normativa nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Código de Posturas Municipais e Lei do Uso e Ocupação do Solo do Município de localização para onde se destinam os serviços, Concessionárias de Serviços Públicos, Corpo de Bombeiros;

Normas Regulamentadoras do MINISTÉRIO DO TRABALHO: NR-4: Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, NR-18: Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e NR-35: Trabalho em altura.

A CONTRATADA deverá apresentar semanalmente um relatório completo dos serviços executados, contendo fotos comentadas de acordo com as orientações da Fiscalização.

Ao final dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o as-built.

Descrição do escopo de trabalho:

1. SERVIÇOS BÁSICOS, DE ACOMPANHAMENTO E COMPLEMENTARES

1.1. Instalações Provisórias

1.1.1. Dependências de canteiro: Caberá à Contratante disponibilizar e indicar a Contratada local para implantação do canteiro e alojamento para pessoal de serviço. A Contratada deverá apresentar junto com a proposta técnica um esquema do canteiro, com localização e dimensionamento dos equipamentos que irá instalar, bem como áreas de armazenamento externo e circulação. A Contratante indicará os pontos de captação água e força, que deverão ser interligados até o local do canteiro por conta da Contratada.

Ao final dos serviços o canteiro deverá ser desmontado, a pavimentação recuperada e o local entregue limpo e desimpedido.

O Canteiro e suas instalações serão executados conforme as posturas municipais e as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho. O Canteiro deverá dispor de todas as acomodações para os técnicos, inclusive a Fiscalização, pessoal de apoio, operários, guarda de materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias e compatíveis à execução dos serviços, de acordo com suas características e vulto.

Assim sendo, foram previstos containers para abrigar a operação dos serviços. No entanto, caso seja de interesse da CONTRATADA, poderá ser permitido o uso de barracões em seu lugar, considerando a sua execução com piso em pinho de terceira categoria, paredes em compensado de 10mm, cobertura em telha amianto de 6mm, incluso instalações elétricas e esquadrias, e para Almoxarifado/Depósito, considerando piso em tabuas de madeira, cobertura em fibrocimento 4 mm, incluso

piso argamassa traço 1:6 (cimento e areia). O almozarifado deve ser dividido em seções de acordo com o agrupamento dos serviços previstos. Além disso, foi considerada a instalação de sanitários, de acordo com a planilha de serviços. Foi considerada a Instalação/Ligação elétrica provisória, de baixa tensão, considerando carga de 3kwh e 20cv.

Nenhuma das instalações poderá afetar a integridade do bem ou agravar os danos sofridos.

1.1.2. Placas de identificação: A critério da Fiscalização, além da placa da CONTRATADA, que deverá atender às exigências do CREA/CAU e da Municipalidade, serão colocadas, às expensas da CONTRATADA, as placas do CONTRATANTE, de acordo com os layout a ser fornecido pela Fiscalização. As placas de identificação deverão ser alocadas externamente ao tapume ficando visivelmente estabelecida a responsabilidade técnica da obra, bem como os demais dados obrigatórios que devem constar na mesma, segundo modelo a ser fornecido pela fiscalização.

1.1.3. Tapumes: A colocação de tapume deverá ser executada conforme as prescrições da NR 18. A obra deverá ficar isolada dos transeuntes por corredor de 2 metros de largura. Eles deverão ser fixados próximos às áreas a sofrerem intervenção, de modo a evitar que pedestres ou frequentadores da sede corram risco com a execução da obra.

1.1.4. Tapumes Educativos: Sobre o fechamento dos tapumes deverá ser aplicado adesivo vinílico com impressão digital de painel especialmente projetado para a obra, cujo conteúdo funcione como uma exposição temporária para visitantes, podendo ser lido como tal. Para isso, deverá ser elaborado projeto gráfico específico, a ser apresentado à fiscalização, devendo contar com a aprovação do IPHAN. O conteúdo deverá ser fruto de pesquisa histórica e a elaboração do projeto gráfico e do conteúdo a ser exposto deverá ser feita por equipe contendo, minimamente, um museólogo, um historiador e um designer. Esta equipe deverá apresentar, em escala 1:25, os painéis propostos para avaliação do Iphan e da fiscalização. Após aprovado, o tapume deverá ser adesivado na escala projetada.

1.2. Acompanhamento Técnico e Administrativo

A administração dos serviços engloba as atividades decorrentes de sua supervisão, do controle de materiais e mão de obra, além dos serviços abaixo descritos.

A Contratada deve seguir as prescrições da NBR 7678 - Segurança na execução de obras e serviços de construção e, em particular, se orientar pela lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 que altera o capítulo V, do título III da CLT.

1.2.1. Equipe Técnica:

ARQUITETO SÊNIOR COORDENADOR (COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA EM OBRAS DE RESTAURO DE BENS TOMBADOS com CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES AO OBJETO, OU SEJA, ALVENARIAS EM PEDRA ARGAMASSADA, PORTANTES, COBERTURA EM TELHAS CAPA E CANAL DE BARRO E ESTRUTURAS DE PISO EM MADEIRA: programar e supervisionar as

atividades das equipes de execução dos serviços e providenciar os recursos (materiais, equipamentos e mão de obra) necessários para a execução das atividades, conforme esse procedimento, no prazo e com qualidade.

ENGENHEIRO SÊNIOR CONSULTOR (COM EXPERIÊNCIA EM OBJETO ASSEMELHADOS AO OBJETO DO CERTAME, EM ESPECIAL, À SUTURA DE TRINCAS ESTRUTURAIS EM PAREDES PORTANTES DE PEDRA ARGAMASSADA): dar suporte ao coordenador de obra nas orientações técnicas necessárias para execução dos procedimentos relativos às estruturas, inclusive no que disser respeito a cálculos estruturais.

ARQUITETO JÚNIOR RESIDENTE (COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA EM OBRAS DE RESTAURO DE BENS TOMBADOS DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES): acompanhar as atividades das equipes de execução dos serviços e prover suporte ao Arquiteto Coordenador.

ARQUEÓLOGO: realizar acompanhamento dos serviços, especialmente colaborando nas prospecções e pesquisas.

MUSEÓLOGO: coordenar o adequado acondicionamento do conjunto de bens móveis e integrados a ser movimentado antes do início das obras de modo a garantir a sua proteção, realizando também, após as obras, o seu seguro e controlado retorno ao local de origem.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA: coordenar e efetuar análise de projetos a serem implantados, em conjunto com as áreas técnicas, recomendando alterações, visando eliminar ou minimizar riscos de acidentes e doenças ocupacionais, bem como ajustar, acompanhar a execução e relatar não conformidades em relação ao PCMAT e orientar e supervisionar a execução dos serviços objetivando a prevenção de acidentes na obra. Promover a elaboração e divulgação da APR - análise preliminar de riscos, em conjunto com a equipe de execução. Atender aos requisitos de SMS, em conformidade com as definições contratuais.

MESTRE DE OBRA: Garantir a correta execução dos procedimentos, recomendações de segurança e qualidade em conjunto com a equipe de QSMS. Liderar as equipes de produção na execução dos serviços.

ENCARREGADO: fazer cumprir a sistemática definida para os procedimentos dos serviços. Definir o grupo de colaboradores que serão responsáveis pelo manuseio dos materiais e equipamentos aplicáveis a atividade. Com o apoio da equipe, é responsável pela adequação dos procedimentos, respeitando os requisitos relativos ao Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional. Verificar as tarefas a serem realizadas e transmitir a sua equipe. Organizar e acompanhar as atividades dos trabalhadores sob suas ordens, distribuindo, coordenando, orientando e executando as diversas tarefas a executar, visando assegurar o desenvolvimento do processo

de execução dos serviços, dentro de prazos, normas e especificações estabelecidas. Utilizar desenhos indicativos e ferramentas adequadas aos trabalhos.

A Contratada manterá na obra uma caixa de primeiros socorros, tendo também um esquema prévio para atendimento de casos mais graves, que compreenderá uma lista de hospitais ou unidades de emergências próximas e também a disponibilidade para transporte dos eventuais acidentados.

Deverá ser mantido na obra “Diário de obras”, que deverá ser preenchido diariamente com as ocorrências e efetivo em exercício para acompanhamento da fiscalização. O diário de obras deverá ser mantido em formato digital por meio de fotografias legíveis de suas páginas, tomadas a cada final de jornada diária, devendo o conjunto de imagens permanecer acessível remotamente pela fiscalização, em nuvem Google Drive ou similar.

Deverá ser mantida pasta sincronizada em nuvem, suporte Google Fotos, ou similar, para acompanhamento remoto por parte da fiscalização e registro diário e detalhado dos serviços em andamento.

1.2.2. Despesas Legais

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RRT) E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DOS SERVIÇOS E PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS: A empresa deverá apresentar à CONTRATANTE, até o início dos serviços (em no máximo 15 dias após a assinatura do Contrato) os comprovantes de regularização junto aos Órgãos competentes (CREA, CAU, PREFEITURA e etc.).

A contratada igualmente deverá providenciar o recolhimento das ARTs e/ou RRTs de obra (Anotação de Responsabilidade Técnica/CREA-RJ ou Registro de Responsabilidade Técnica/CAU-RJ) em até 15 dias após a assinatura do Contrato.

1.2.3. Despesas gerais

VEÍCULO PARA TRANSPORTE INTERNO E EXTERNO: Aluguel mensal de veículo e provimento de combustível para transporte de carga e passageiros, conforme demanda de acompanhamento e fiscalização de obra, no interior das dependências da fazenda e também na sua ligação com as áreas urbanizadas, tendo em vista a localização rural da sede da Fazenda Campos Novos.

1.3. Serviços Preliminares

1.3.1. Andaimos: Os andaimos serão metálicos, tanto do tipo fachadeiro quanto do tipo torre, e deverão ser instalados cautelosamente, evitando contato com as paredes. Deverão ser estroncados, sem qualquer dano ao monumento, mas com garantia da segurança dos operários. Na sua estrutura deverá ser fixada proteção de fachada em tela de polipropileno fixada com arame galvanizado, bem como bandeja salva-vidas/coleta de entulhos, com tabua.

A montagem dos andaimes, desde a sua estrutura de sustentação até a sua fixação, deverá ser feita por profissional habilitado, em plena atenção a NR-18 e NR-35. Deverão ser fornecidos e instalados andaimes tubulares de forma a atingir todos os locais e elementos a trabalhar. A Contratada obriga-se a manter os andaimes seguros, completos e as peças danificadas dos seus andaimes serão de sua inteira responsabilidade. Os andaimes deverão estar apoiados em peças de madeira evitando contato direto com o piso existente. Todo serviço deverá ainda estar de acordo com a NBR 6494/90.

O acesso aos estágios de nível do andaime deverá ser feito por torre de escada provisória, contendo com degraus, patamares e guarda-corpo conforme NBR9050, não sendo admitido o uso alternativo de escada tipo marinho.

Deverá ser fornecida e instalada passarela de madeira, com largura mínima de 60cm.

Os andaimes têm de ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estarão sujeitos. O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, não escorregadia, ser nivelado e fixado de modo seguro e resistente. Deverão ser tomadas precauções especiais quando da montagem, desmontagem e movimentação de andaimes próximos às redes elétricas e às fachadas, de modo a não gerar prejuízos a segurança dos operários e a integridade do edifício.

No caso da utilização de andaimes na fachada externa, deverá estar prevista a instalação de tapumes incluindo tela de proteção.

Toda a instalação dos andaimes, principalmente no que diz respeito aos pontos de apoio e fixação, deve ser feita de maneira cuidadosa e com acompanhamento e avaliação da Fiscalização de forma detalhada por engenheiro calculista, considerando o terreno acidentado. A montagem de andaime não pode ser realizada sem o prévio aval da Fiscalização.

A madeira para confecção dos pisos dos andaimes deve ser de primeira qualidade, seca, sem apresentar nós e rachaduras que comprometam a sua resistência e mantida em perfeitas condições de uso e segurança. É proibida a utilização de aparas de madeira em sua confecção. Além disso, os andaimes têm de dispor de sistema de guarda-corpo (de 90cm a 1,2m) e rodapé (de 20cm), inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, com exceção do lado da face de trabalho, bem como a linha de vida.

É proibido retirar qualquer dispositivo de segurança dos andaimes ou anular sua ação. Não é permitido, sobre o piso de trabalho de andaimes, o apoio a escadas e outros elementos para se atingir lugares mais altos. O acesso aos andaimes só pode ser feito de maneira segura. As plataformas de trabalho terão, no mínimo, 1,2m de largura. Nunca se poderá deixar que pregos ou parafusos fiquem salientes em andaimes de madeira. Não será permitido, sobre as plataformas de andaime, o acúmulo de restos, fragmentos, ferramentas ou outros materiais que possam oferecer algum perigo ou incômodo aos operários.

1.3.2. Proteções

Proteção de pisos: Todos os pisos antigos em lajotas cerâmicas deverão ser protegidos contra impacto e circulação por meio da aplicação de camada de gesso e sisal com espessura de 2cm.

Todos os pisos em assoalho de madeira deverão, antes e depois da execução dos serviços de manutenção previstos, deverão ser recobertos por lona plástica para proteção.

1.3.3. PROSPECÇÕES

Todas as fachadas deverão ser prospectadas a fim de se identificar:

Prospecções de argamassa: o conjunto de vãos emparedados e ou alterações de dimensão de vãos. Os locais deverão ser apontados pelos fiscais do IPHAN, dentro do limite previsto na contratação.

Prospecção de pintura: deverão ser feitas as prospecções pictóricas por meio de janelas estratigráficas em 20 pontos da edificação, conforme orientação da fiscalização do Iphan, para mapeamento de camadas de pintura existentes. A realização da estratigrafia deverá ser feita por profissional habilitado, utilizando-se luvas, bisturi cirúrgico, algodão e desengordurante (aguarrás mineral, varsol ou similar). A marcação preliminar deverá ser feita à lápis, contemplando retângulos de no mínimo 05cm x 2,5cm para cada camada. O desengordurante deverá ser aplicado camada por camada, por meio de algodão hidrófilo em forma de cotonetes, em palitos de madeira (swab). Caso seja necessário avivar a cor dos substratos encontrados, deverá ser usado o verniz Paraloid B72 (97%), dissolvido em Xilol P.A. (3%).

O serviço deverá ser executado em etapas de acordo com as indicações do IPHAN.

1.3.4. DEMOLIÇÕES

Demolição de alvenarias: Deverão ser demolidas alvenarias ou trechos de alvenarias internas do edifício, indicadas no desenho técnico de Demolir-construir. As alvenarias indicadas para demolição são executadas em tijolo cerâmico furado e não possuem valor para preservação. Sua demolição deverá ser feita sem reaproveitamento de material, para possibilitar a manutenção plena de pisos e paredes antigas.

Laje em concreto: conforme apontado em desenhos técnicos, anexos a este caderno (sem reaproveitamento). Sua retirada se faz necessária para manutenção plena dos pisos.

Pisos: conforme apontado em desenhos técnicos, anexos a este caderno (sem reaproveitamento). Sua retirada se faz necessária para nivelamento dos pisos acabados.

Caixa água central no pátio: a demolição deste elemento será parcial, devendo-se considerar 80% de sua estrutura. A proposta é transformar este elemento estranho à arquitetura em um pequeno anfiteatro de no máximo 1m de altura, inserindo em suas muralhas restantes dois níveis de bancos em alvenaria (com

50cm de largura, 45 e 80cm de altura e ocupando 75% da circunferência da caixa d'água, mantendo-se o registro da existência do elemento, cuja inserção fez parte do processo histórico da capela.

O desenho final deste elemento deverá ser fornecido pelo Iphan na ocasião da execução, cabendo também ao Iphan o alinhamento técnico junto ao Inepac para de acordo quanto à retirada do elemento.

As demolições deverão ser realizadas cuidadosamente, com o mínimo de interferência nas demais alvenarias existentes no entorno do trecho a ser demolido. Todo entulho deverá ser selecionado e descartado de acordo com as especificações do item 1.4.1 deste escopo de serviços.

1.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

1.4.1. Limpeza e organização do canteiro: Inicialmente, o imóvel deverá ter seu interior completamente limpo e higienizado. Todas as intervenções espúrias, a serem apontadas pela Fiscalização, deverão ser cuidadosamente removidas. Todo o material solto existente no entorno e no interior do imóvel que possa ser oriundo do bem tombado deverá ser selecionado, e seu descarte como entulho só poderá ocorrer com a aprovação do IPHAN. As peças que forem selecionadas serão catalogadas e acondicionadas em local apropriado.

No decorrer da obra, o imóvel e o canteiro deverão ser mantidos limpos constantemente.

Ao término dos serviços, a Contratada providenciará a limpeza final das áreas de realização dos serviços e outras áreas utilizadas, destacando uma equipe de serventes que executará as operações de limpeza e desobstrução. Os espaços deverão ser entregues completamente limpos, desimpedidos e após a execução dos testes de funcionamento.

O entulho acumulado, em decorrência das operações de limpeza, será retirado dos canteiros de obras à medida que a quantidade justifique o emprego de caminhão. A Contratada deverá proceder à periódica remoção do entulho e detritos, para que os mesmos não se acumulem no terreno durante a execução da obra. Além disto, a obra deve manter-se em boas condições de visitação pelo fiscal da obra e demais visitantes ou autoridades. Qualquer descarte de materiais (barrotes, forros, tábuas, telhas etc.) deverá ser de conhecimento da contratante.

A triagem e o descarte dos resíduos da construção deverão seguir as especificações da Resolução nº 307 de 5 de julho de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

A FISCALIZAÇÃO designará as áreas de acumulação temporária de entulho, em lugares abrigados ou ao tempo, levando em consideração os tipos de materiais descartados.

1.4.2.Desmobilização: Ações de desinstalação e desmontagem do canteiro de obras.

2. DESMONTAGEM E ACONDICIONAMENTO DOS FORROS

Das tipologias de forros existentes no interior da sede da fazenda, verifica-se que uma parte ainda corresponde a forros antigos (aqueles em gamela e em tipo "saia e camisa") e outra parte a forros em lambris, de qualidade precária e instalação mais recente. Para a presente ação, tendo em vista a adequada abordagem do tratamento dos barrotes de suporte, verificada no item de Pisos e Barrotes, será realizada a retirada de todos os forros existentes na edificação. Para o caso dos forros em gamela e "saia e camisa", catalogação e armazenamento em local protegido para futura recolocação, e, no caso dos forros em lambris, para futuro descarte.

2.1. Mapeamento de forros em gamela e "saia e camisa": Será realizado desenho detalhado de mapeamento para numeração das peças que compõem os forros em gamela e "saia e camisa", conforme localizados em projeto, para posterior desmontagem, possibilitando sua montagem futura.

2.2. Desmontagem de forros: Todos os forros existentes deverão ser desmontados para que possa ser realizada a manutenção dos barrotes de suporte, conforme registrado no item 5 deste escopo de serviços. Durante a desmontagem, as peças dos forros em gamela e "saia e camisa" deverão passar por triagem que irá separar peças inaproveitáveis, que deverão ser descartadas, das peças em bom estado ou passíveis de aproveitamento, para futura reutilização. Os forros em lambris deverão ser descartados integralmente.

2.3. Imunização: Todas as peças novas de madeira e as passíveis de reaproveitamento deverão ser tratadas contra o ataque de organismos xilófagos, por aplicação direta.

2.4 Diagnóstico e proposta de recuperação: uma vez retirados os forros, as peças deverão ser objeto de análise criteriosa, sendo especificado projeto de recuperação (restauração peça por peça e reintegrações, além de nova fixação) contendo desenhos, especificação técnica e orçamento (Preço Global, com composições unitárias, tendo por base planilha Sinapi e, na sua impossibilidade, composição de preços, tendo por base pesquisa de mercado em pelo menos 3 preços por insumo).

2.5 Acondicionamento: o forro, após numerado, diagnosticado e imunizado, deverá ser higienizado, sendo retirados cravos e pregos inservíveis, sujidades variadas e material eventualmente agregado às peças. Uma vez limpas, as mesmas deverão ser acondicionadas em local fresco e livres de umidade. O empilhamento das peças deverá contar com estruturas intermediárias que permitam o aeramento do conjunto internamente, devendo os apoios estarem protegidos por duas camadas de plástico bolha. O local escolhido, a ser indicado pela fiscalização, deverá estar apto a abrigar o matéria até a sua recolocação.

3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO NAS ALVENARIAS E SISTEMAS ESTRUTURAIS

3.1. ALVENARIAS EM TIJOLOS – ADOBE, MACIÇOS E PEDRA ARGAMASSADA

3.1.1. Estabilização de trincas: Conforme indicação da fiscalização, as trincas deverão ser suturadas pelo sistema de grampeamento, utilizando-se grampos metálicos em barra lisa de aço inoxidável, com transpasse de 50cm para cada lado. As suturas deverão se adaptar à trinca, após prospecção da mesma, perfazendo cruzamentos sempre que possível e contando com elemento longitudinal nas bordas dos grampos, unindo-os como um conjunto. A bitola dos grampos deverá lidar com

bitola base de 8mm, podendo ser reduzida, conforme indicação da fiscalização em comum acordo com o engenheiro calculista da equipe.

3.1.2. Recomposição de perdas de material: as áreas de perda deverão ser preenchidas com pedaços ou fragmentos do mesmo tijolo, a depender das dimensões da área de perda e deverão ser assentados com argamassa a base de cal hidratada e areia no traço 1:5.

3.2. ALVENARIA EM PAU A PIQUE

3.2.1. Estabilização de trincas: Deverá ser executado sistema de grampeamento utilizando fibra de sisal cruzada, aplicada com argamassa, perfazendo fechamento trançado sobre a trinca.

3.2.2. Recomposição estrutural: Deverá ser substituído o pilar em madeira localizado no segundo andar na parede divisória entre o hall e o salão principal, por peça de maçaranduba 15x15cm.

3.2.3. Recomposição de perdas de material: As estruturas em madeira que estiverem danificadas devem ser substituídas por peças nas mesmas dimensões das utilizadas originalmente. Deverá ser realizado teste de identificação do traço do barro utilizado originalmente na parede para recomposição das áreas de perda utilizando as mesmas proporções.

4. MANUTENÇÃO DE ARGAMASSAS E PINTURA

O serviço de manutenção de argamassas e da pintura será realizado nas paredes internas e externas da fazenda, incluindo cimalha externa, correspondendo a uma área de aproximadamente 3400m², distribuída conforme a seguir:

Quadro de áreas de revestimento	m ²
Revestimento externo - argamassa de cal e areia - TOTAL	1.200,00
Áreas com desprendimento - necessária a substituição (30%)	360,00
Áreas com desprendimento - necessária a consolidação (30%)	360,00
Revestimento interno de argamassa - TOTAL	2.200,00
Argamassa de cal e areia - (20%)	440,00
Áreas com desprendimento - necessária a substituição (30% da argamassa de cal)	132,00
Áreas com desprendimento - necessária a consolidação (30% da argamassa de cal)	132,00
Argamassa cimentícia - necessária a substituição (80%)	1.760,00

4.1. Limpeza e recuperação das superfícies argamassadas: Para a realização da pintura, deverá ser realizada, primeiramente, a limpeza das superfícies, e a recuperação das argamassas deterioradas:

4.1.1. Limpeza das paredes: deverá ser feita com água a baixa pressão, escovas e sabão neutro, sendo retiradas as crostas e elementos de sujidades agregados sobre a superfície. O serviço deverá ser iniciando do alto para baixo e executado na totalidade dos revestimentos internos e externos.

4.1.2. Remoção de argamassas: A aderência das camadas de argamassa às alvenarias deverá ser testada por percussão, e a extensão de argamassa a ser substituída será definida com o acompanhamento do IPHAN. As argamassas de revestimento que apresentarem problemas de desprendimento, contaminação por sais solúveis ou desagregação deverão ser removidas, na proporção indicada para substituição (interna e externamente, para argamassas de cal e areia ou cimentícias) na tabela do item 4 .

4.1.3. Substituição das argamassas removidas: As argamassas removidas no item acima, nas prospecções, nas consolidações de alvenarias, bem como as áreas de revestimento que previamente aos serviços contratados foram removidas, deverão ser substituídas por novas argamassas.

As paredes deverão ser limpas e umedecidas com água de cal e brocha, antes de ser executada a argamassa.

As argamassas deverão respeitar as fases de aplicação das camadas de chapisco, emboço e reboco, de forma que a fase subsequente aguarde a pega completa da fase anterior. As camadas deverão ser aplicadas em linhas transversais, para melhor aderências mecânica.

As argamassas utilizadas deverão ser compostas por cal hidratada e areia, sem adição de cimento, nos traços de 1:3 (reboco, com areia de granulação fina) e 1:5 (emboço, usando areia média lavada de boa qualidade).

Para melhor utilização da cal virgem, recomenda-se que a pasta de cal descanse, no mínimo, 24 horas antes do seu uso. No caso da utilização da cal já pulverizada ensacada, antes da elaboração da argamassa, a rehidratação deverá acontecer por imersão da cal pulverizada em água e repouso por no mínimo 24hs para formação da pasta e da aguada.

Nas paredes onde o emboço será novo, este deve ter espessura de 2,5cm.

4.1.4. Consolidação de argamassas: Nos locais onde a camada de argamassa apresentar suficiente integridade, porém com descolamento das alvenarias, esta deverá ser consolidada por meio da injeção de nata e/ou aguada de cal, com a orientação do IPHAN. A mudança da técnica deverá ser submetida à avaliação da fiscalização do IPHAN. A intervenção terá por objetivo manter o máximo possível das argamassas originais, sendo executada na proporção indicada para consolidação (interna e externamente, para argamassas de cal e areia) na tabela do item 4.

4.2. Pintura

4.2.1. Pintura a base de silicato de potássio para revestimentos em argamassa: O serviço de pintura será feito em todas as paredes internas e externas da fazenda, que atualmente possuem caiação.

Após o processo de limpeza, consolidação e secagem dos novos revestimentos, será realizado o lixamento das paredes internas e externas, sendo retirada toda a pintura antiga para aplicação da **pintura à base de silicato de potássio, na cor branca**.

Sobre os revestimentos novos deverá ser dada a primeira demão, esperar a secagem em seguida, proceder com as demais demãos em toda área das paredes, em direções ortogonais, alternadamente.

Serão aplicadas tantas demãos de pintura, de maneira cruzada, quantas forem necessárias para um perfeito e uniforme acabamento. Cada demão de pintura só poderá ser aplicada quando a anterior estiver totalmente seca.

A preparação das alvenarias deverá seguir as indicações do fabricante da tinta. Eventuais ajustes de irregularidades deverão ser feitos com pasta de cal, jamais com massa acrílica.

Limpar eventuais respingos imediatamente para não sujar pisos e outras áreas que não seriam pintadas.

4.3 Hidrofugação

4.3.1 Após a pintura, deverá ser aplicada camada de silano siloxano em todas as alvenarias voltadas ao exterior, sejam elas nas fachadas ou no pátio interno. A aplicação deverá ser feita em quantidade de camadas suficientes, conforme indicação do fabricante, para completa hidrofugação dos paramentos.

Antes da realização do procedimento, devem ser feitos testes de aplicação, tendo em vista avaliar alterações cromáticas e outras reações adversas, nos diferentes tipos de materiais presentes nas fachadas.

5. CONSERVAÇÃO DOS BARROTEAMENTOS E PISOS

5.1. PISOS A RECUPERAR

5.1.1. Lajota cerâmica 32x32cm e lajota hexagonal - varanda superior: as peças danificadas deverão ser retiradas e substituídas por lajotas nas mesmas dimensões e características assentadas sobre novo contrapiso executado com aditivo impermeabilizante. O conjunto deverá receber limpeza a com jato d'água a baixa pressão e sabão neutro, aplicado com escova de cerdas macias.

5.1.2. Assoalho em madeira: Para o tabuado a ser recuperado (indicado nas plantas em anexo) deverão ser retirados e substituídos os barrotes e tabuas danificadas por peças de mesmo tipo, dimensão, características e encaixe que o restante do assoalho de cada sala. As madeiras devem ser aparelhadas, em boas condições, e levar aplicação de calafate e proteção contra ação de cupins. Após o assentamento, os pisos deverão ser totalmente lixados e receber aplicação de uma demão de cera.

Nas áreas onde houve demolição das lajes, novo tabuado corrido será recomposto, no pav. térreo e pav. superior, e será assentado sobre o barroteamento em maçaranduba, obedecendo desenho das plantas anexas. As tábuas do assoalho deverão ser em ipê de 20x2,5cm com encaixe tipo macho-fêmea fixadas com pregos e deverão receber aplicação de cera incolor ao final da execução.

5.2. SUBSTITUIÇÃO DO BARROTEAMENTO

5.2.1. Barroteamento no pavimento térreo: No pavimento térreo, onde os barrotes estiverem danificados ou tiverem sido removidos (sala da fachada principal) deverá ser executado barroteamento com peças novas, segundo as indicações do projeto. O barroteamento deverá ser em maçaranduba 15 x 15 cm assentados a cada 50 cm ou respeitando os espaçamentos existentes. A madeira deve ser serrada e de 1ª qualidade, sem brancos, nós, falhas ou empenos, devidamente tratadas e secas em estufa.

5.2.2. Barroteamento no pavimento superior: Nas áreas onde serão demolidas as lajes, deverá ser executado novo barroteamento para apoio dos novos assoalhos e deverá ser executado em maçaranduba 20 x 20cm, serrada de 1ª qualidade, sem brancos, nós, falhas ou empenos, devidamente tratadas e secas em estufa. Deverá ser assentado sobre os baldrames, respeitando os espaçamentos existentes.

5.3. RECOMPOSIÇÃO DE PISOS

A recomposição dos piso deve obedecer as seguintes especificações:

5.3.1. Piso cimentado (Área externa): Deverá ser executado piso cimentado nas áreas externas indicadas nas plantas anexas. O mesmo deverá ser feito com argamassa de cimento e areia, espessura 20mm, com acabamento rugoso (acabamento com desempenadeira de aço) e coloração natural assentada sobre um lastro (camada regularizadora), a qual definirá o caimento de 0,5%. As juntas serão de 1,5 x 1,5 m para que não ocorram trincas.

O piso atual deverá ser picotado com o auxílio de martelo e talhadeira, para aumentar a aderência, e coberto com a camada superficial de 20 mm acima mencionada. Deverá ser aplicada uma camada regularizadora de traço 4:1, e nivelamento, de forma que o caimento se dê no sentido da porta de acesso externo. Deverá haver cura de 28 dias.

5.4. RECUPERAÇÃO DAS ESCADAS

5.4.1. Escada em concreto: Na escada em concreto armado, onde houver áreas de perda, deverá ser feita recomposição em concreto e acabamento em cimento queimado. O conjunto da escada (pisos, espelhos e patamares) deverá receber acabamento em resina própria para cimento queimado. O guarda corpo deverá ser retirado e recuperado (lixamento e pintura), os corrimões deverão servir de molde para a execução de peças novas com madeira de primeira qualidade.

5.4.2. Escada em madeira: a estrutura em madeira deve ser avaliada quanto a presença de xilófagos e totalmente imunizada. A recomposição deve ser realizada da seguinte forma:

- a. Esta escada deverá ser consolidada através da fixação das peças soltas e desniveladas. Suas peças deverão ser retiradas, reforçadas, restauradas e posteriormente recolocadas na sua posição original.
- b. As partes apodrecidas ou com perda de material deverão ser substituídas por cortes de madeira de lei, de boa qualidade, secas e imunizadas coladas com cola branca e rejuntadas com mistura de pó de serragem e cola proporção 2:1.
- c. A escada deverá ser raspada e lixada com lixa fina de acabamento. Após a limpeza com pano seco, deverá ser aplicada uma demão de cera específica.
- d. No caso de perdas pequenas deve ser executado preenchimento das fissuras com mistura de pó de serragem e cola branca na proporção 2:1;
- e. O corrimão do lado direito deverá ser substituído por similar de madeira seguindo o mesmo desenho do original. O do lado esquerdo, receberá o seguinte tratamento:

- Lixar toda a superfície e eliminar o pó resultante, com pano seco.
- Corrigir imperfeições superficiais com massa a óleo.
- Lixar toda a superfície e eliminar o pó resultante.
- Aplicar outra demão de fundo selador nivelador de base sintético.
- Lixar cuidadosamente com lixa fina de acabamento e limpar bem com pano seco, eliminado toda a sujeira e poeira.
- Aplicar duas ou três demãos de tinta a óleo ou esmalte sintético deverá ser lixado e imunizado.

5.4.3. Escada de acesso a torre sineira: A estrutura e degraus da escada então comprometidos, com as tábuas apodrecidas. A escada deverá ser substituída por nova em madeira de primeira qualidade e mantendo as características e dimensões da original, que deverá ser mapeada, para tanto. Este mapeamento envolve a busca pelos arranques e mapeamento dos engastes na alvenaria, bem como pesquisa iconográfica na busca de imagens da antiga escada quando existente, a ser feita pela equipe contratada, especialmente o historiador e equipe de arquitetos.

Após esta pesquisa, deverá ser confeccionado desenho da nova escada proposta a ser aprovado pela fiscalização do Iphan. Após sua aprovação, a mesma poderá ser executada.

6. IMUNIZAÇÃO: Todas as peças em madeira, novas e previamente existentes, passíveis de reaproveitamento, deverão ser tratadas contra o ataque de organismos xilófagos.

6.1. Descupinização e imunização de elementos em madeira, alvenarias e dutos de instalações:

Tratamento da estrutura de madeira dos lambris de teto e tapume da obra: Deverá ser realizado através de pulverização de inseticida base solvente no madeiramento.

Tratamento químico dos batentes, rodapés e pisos de madeira: Este tratamento deverá ser realizado através de pequenos furos com broca de aço rápido, de diâmetro 7/64 mm, na face externa dos mesmos para permitir a injeção de solução inseticida à base de solventes orgânicos desodorizados.

Tratamento químico dos conduites de eletricidade e de telefonia: Os dutos de eletricidade e de telefonia existentes, embora sem utilização, quando não retirados, deverão ser tratados por meio de polvilhamento com pó seco inseticida., como medida de prevenção.

Tratamento químico dos barrotes, madres e esteios: Este tratamento deverá ser realizado através de pequenos furos com broca de aço rápido, de diâmetro de 7/64 mm, nas suas faces e extremidades em contato com a alvenaria, para permitir a injeção de solução inseticida base aquosa. **Observação importante:** A descupinização do barroteamento e madres do piso térreo, nos locais onde existem forros de madeira e de gesso deverá ser realizado após a remoção destes elementos.

Tratamento do altar principal da capela: Deverá ser tratado com injeção de solução inseticida base solvente orgânico inodoro nas talhas e esculturas dos altares. Deverá ser tratado também o piso sob o altar e sua parte posterior em chapas de compensado.

Antes da aplicação geral, a aplicação deverá ser pactuada com a fiscalização, para definição da melhor estratégia de injeção.

Tratamento dos telhados: Este tratamento deverá ser realizado através de pulverização com solução inseticida nas peças que fizerem parte da estrutura do telhado (tesouras, terças, frechais, cumeeira, caibros, ripas etc).

Tratamento do rodapê: Este tratamento deverá ser realizado através de furação com brocas de aço rápido de diâmetro de 5/32 mm para permitir a introdução de cauda inseticida.

Tratamento químico das paredes com azulejos: Este tratamento deverá ser realizado através de pequenas perfurações feitas nas juntas dos azulejos para permitir a introdução de solução inseticida.

Imunização de muros e do solo por barreira química

Tratamento químico do muro: Este tratamento deverá consistir basicamente na pulverização de inseticida de base aquosa no muro, com vistas à constituição de barreira química contra os cupins.

Tratamento externo (barreira por iscagem): Ao redor de toda a edificação deverá ser executada barreira contra o ataque de cupins pelo sistema de iscagem, que consiste na criação de uma barreira de estações introduzidas no solo, contendo iscas atrativas aos cupins que, ao ataca-las, transportam ao cupinzeiro o processo de intoxicação, causando a eliminação de membros chave da colônia, como a rainha.

Todas as madeiras novas a serem introduzidas na obra (estrutura do telhado, forro etc.) deverão ser, anterior ou posteriormente à sua instalação, protegidas contra cupim arbóreo.

Para o tratamento contra cupins de madeira seca serão feitos furos com brocas de cerca de 3 mm de diâmetro, estrategicamente distribuídos de forma a permitir um tratamento eficiente, mas sem afetar a estética do local a ser tratado. Aproveitar-se-ão também as galerias já existentes derivadas dos cupins. A parte interna dos madeiramentos será tratada por injeção e/ou pulverização com solução inseticida à base de solvente de baixíssimo odor e de grande penetração na madeira.

Os produtos químicos a serem usados no tratamento deverão pertencer aos grupos dos fenil pirazóis (Fipronil) para a solução aquosa de uso externo e interno e Piretróides (deltametrina) para o pó seco inseticida. A descupinização no interior deverá ser realizado com soluções aquosas de inseticidas inodoros em formulação suspensão concentrada, a base de princípios ativos imidacloprido ou thiametoxam, ambientalmente seguros. Todos os princípios ativos são regulamentados pelo INEA através da Norma Técnica 1005 R. 21.

7. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS ESQUADRIAS

7.1. Orientações gerais e procedimentos

Pretende-se nesta etapa a revisão, correção de defeitos e repintura de todas as esquadrias a serem mantidas, internas e externas. Para isto, todas as esquadrias deverão ser retiradas, não cabendo retirada de marcos fixos instalados, exceto nos casos de reparo destes.

Todas as esquadrias, após tratadas, deverão ser recolocadas em suas posições, testadas e aprovadas individualmente pela fiscalização. Todas as ferragens e fechaduras das esquadrias deverão ser diagnosticadas e substituídas por outras de mesmo modelo, em alumínio.

Antes do início da realização dos serviços, deverá ser feita vistoria de diagnóstico individualizada em cada uma das esquadrias, para registro do serviço realizado, em relatório próprio de estado de conservação e danos apresentados por cada uma das mesmas. O relatório deverá inicialmente mapear e identificar (nomear) cada uma das esquadrias, apresentando mapeamento fotográfico das duas faces de cada esquadria e listagem de danos, para registro.

Após isto, para as esquadrias, uma a uma, deverão ser retiradas para trabalho em bancada, estando previstos os seguintes serviços em todas elas:

- a) Lixamento e retirada da pintura existente;
- b) Nivelamento e correção de lacunas e irregularidades;
- c) Revisão e correção de desenho, pela inserção de enxertos e desbastes, até o perfeito encaixe das folhas nos marcos e vedação entre as folhas;
- d) Troca de fechaduras e puxadores por modelos pactuados com a fiscalização (conforme existentes ou pesquisados iconograficamente);
- e) Troca de ferragens de fechaduras, trincos e dobradiças;
- f) Troca de elementos de vedação
- g) Retirada, lixamento, pintura e recolocação de ferragens e grades eventualmente existentes;

- h) Substituição de sistema de baguetes de fixação de vidros, higienização e recolocação dos mesmos;
- i) Troca de vidros quebrados ou trincados;
- j) Lixamento e preparação com massa para recebimento de pintura sobre a madeira;
- k) Pintura em esmalte sintético fosco, na cor definida pela fiscalização.
- l) Recolocação das esquadrias no local;
- m) Testes de estanqueidade e correções

7.2 Pintura e sua preparação

A madeira deverá ser raspada e lixada até a eliminação total de poeira, farpas, manchas gordurosas e perda total do brilho. O lixamento deverá ser cuidadoso para que não haja desgaste do desenho original.

A substituição das partes deterioradas ou preenchimento de lacunas deverá ser feito com material idêntico ao original em dimensões, aspecto e qualidade.

As superfícies das esquadrias deverão ser lixadas para que sejam eliminadas partes da pintura soltas ou sem aderência, farpas, manchas gordurosas, ferrugens, poeira ou quaisquer outros elementos contaminantes que possam afetar a aderência da tinta.

Nos locais onde houver necessidade de correção de pequenas imperfeições, estas deverão ser realizadas com Flexacryl massa óleo da Internacional, ou similar, seguindo rigorosamente as recomendações do fabricante para aplicação do produto. Deverá estar previsto o lixamento da massa com o cuidado para que a superfície obtenha o nivelamento homogêneo. A poeira proveniente do lixamento deverá ser removida com escova macia.

Aplicação duas demãos de tinta esmalte sintético acetinado, na cor definida pela fiscalização, com rolo ou trincha. As especificações do fabricante para a utilização do produto deverão ser seguidas rigorosamente.

7.3. Retirada, lixamento e imunização das ferragens

A retirada dos gradis das esquadrias deverá ser controlada e mapeada por numeração, permitindo que retornem ao seu local de origem, sem a necessidade de novas furações, sempre que possível.

Uma vez removidas, as peças receberão polimento com pasta (baixa abrasão) e lavagem com água pura.

A limpeza das peças de ferro, eventualmente necessária, será feita mediante o uso de soprador térmico, espátula, escova rotativa de baixa abrasão e agulheiro pneumático para os cantos. Deverão ser retiradas gorduras, resíduos óleos ou graxa com acetona, com panos, estopas, escovas, etc.

Deverá ser aplicada uma demão do produto anticorrosivo com pincel aplicando-se primeiramente nas arestas e cantos, obedecendo-se rigorosamente as recomendações do fabricante quanto a forma de aplicação o tempo de secagem entre as demãos e o tempo

de aplicação do produto após a abertura e mistura dos componentes. Será aplicada uma demão única com espessura de 100 microns, não sendo permitido o uso de solvente.

A aplicação do anticorrosivo deverá ser realizada no mesmo dia da limpeza da superfície de tratamento, caso isto não ocorra, a superfície terá que ser novamente limpa e inspecionada. Deverá ser realizada uma inspeção antes da aplicação da pintura. O produto deverá ser apresentado à Fiscalização em vasilhame fechado, contendo o nome do fabricante, o nome do produto e a data de validade.

O acabamento final deverá ser feito pela aplicação de duas demãos de pintura em esmalte sintético na cor preta, acabamento acetinado.

7.5. Reparo dos encaixes e alinhamentos

O preenchimento das lacunas existentes, para alcance do encaixe pleno das folhas em seus locais e entre as mesmas, deverá ser feito com material idêntico ao original, em dimensões, aspecto e qualidade, devendo ser apresentada uma amostra para aprovação, sempre que necessário.

7.6. Remontagem e recolocação no local de origem

A montagem das esquadrias é a operação de restituir as peças que foram removidas ao seu local de origem, para que possam funcionar corretamente.

Todos os parafusos deverão ter o dimensionamento exato, para evitar folgas que produzam a deformação e o mal funcionamento do conjunto. Os mesmos deverão ser corretamente apertados, devendo ser aplicadas, sobre eles, duas demãos de verniz Paraloid B72, ou similar, para evitar vibrações.

As ferragens deverão ser colocadas, exatamente, nos lugares de onde foram retiradas, evitando-se novas furações.

Após a montagem, será realizada uma inspeção para verificar o funcionamento de todas as esquadrias, trincos, fechaduras e dobradiças, que não poderão ser fechadas sob pressão, mas em perfeito encaixe.

Colocação dos vidros:

- A colocação dos vidros deverá ocorrer no final da obra. O material a ser utilizado para os trechos faltantes deverá ser o mesmo do existente.
- Os vidros que forem reaproveitáveis deverão estar limpos sem manchas de tintas, massa ou outros resíduos.

A recolocação das ferragens deverá ocorrer após a completa secagem do verniz ou pintura da esquadria.

Retoques na pintura:

Nos locais onde a pintura foi suja ou danificada deverão ser realizados retoques corretivos com a tinta de acabamento respectiva.

Teste de Vedação:

Ao termino do serviço, será realizado teste de vedação, utilizando jato de água sólido de mangueira com pressão de 0,250 Kgf/cm², para teste de eficiência de vedação e buzinotes em todas as esquadrias.

8. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO TELHADO

8.1. Procedimentos Gerais

As telhas deverão ser removidas por trechos, de forma cuidadosa, de modo a se evitar perdas. Serão consideradas reaproveitáveis as telhas com boa resistência, inteiras, sem trincas e/ou rachaduras, com impermeabilidade satisfatória. O trecho descoberto receberá uma cobertura provisória com lona do tipo encerado, devidamente fixada e amarrada, de forma a impedir qualquer penetração de águas pluviais no interior do imóvel. A instalação da cobertura provisória não poderá danificar qualquer parte do edifício em questão e será montada e desmontada em etapas, de acordo com o trecho de cobertura a ser executado.

Deverão ser selecionadas as telhas passíveis de reaproveitamento, no canteiro de obras, utilizando-se limpeza manual por lavagem com sabão neutro e escovas de cerdas naturais ou máquina de alta pressão.

Uma vez limpas e secas, as telhas serão acondicionadas de forma organizada, separando-se as similares tipo e dimensões semelhantes, em local a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, que se reserva o direito de indicar sua reutilização. As telhas inadequadas deverão ser encaminhadas para reciclagem como agregado.

Deverão ser executados testes de permeabilidade e percussão, por amostragem, conforme NBR 8948/1985:

TESTE DE PERMEABILIDADE

A NBR 8948/1985 prescreve o método para a verificação da impermeabilidade das telhas cerâmicas:

Aparelhagem: tubo reto de seção circular, transparente ou translúcido e aberto nos extremos, com diâmetro interior de aproximadamente 35 mm e altura suficiente para formar uma coluna d'água de 250 mm.

Execução do ensaio:

Corpo de prova - Uma telha inteira constitui um corpo-de-prova.

Ensaio - Colocar o corpo-de-prova em posição horizontal e apoiar um dos extremos do tubo sobre a telha, na região central da superfície que ficar exposta as intempéries, de modo que o tubo resulte vertical. Vedar com selante adequado a união entre o tubo e o corpo-de-prova. Encher o tubo com água até formar uma coluna de 250 mm e deixar o sistema em repouso por 24 h, em ambiente coberto e ventilado. Após 24h, analisar a superfície inferior do corpo-de-prova.

Resultados:

O resultado deve consignar se houve ou não vazamento, formação de gotas e aparecimento de manchas de umidade. Deve-se informar o tipo de telha, bem como a temperatura e a umidade relativa da sala de ensaios.



Corpo de prova preparado para o ensaio.

8.2. Reparo e substituição de peças do madeiramento do telhado

Substituição das ripas: Trata-se da realização de correções e ajustes necessários no madeiramento existente, de forma a garantir uma situação básica de conservação do sistema de colocação das telhas. Para tanto, pretende-se a substituição de 100% das ripas, distribuindo o madeirame de maneira uniforme e adequada à recolocação das telhas.

Trechos eventualmente em bom estado de conservação deverão ser mantidos, eliminando parte do serviço de substituição, conforme seja vistoriado o telhado.

As peças do madeiramento a serem substituídas, as peças que possuírem emendas e as linhas de cumeeira que possuírem rachaduras ou emendas deverão ser alinhadas e receber travamento, conforme empregado originalmente.

Reforço Estrutural do Madeiramento: nos casos necessários, conforme debate com a Fiscalização e possibilidade de visualização do madeiramento principal do telhado, respeitando-se os limites quantitativos da contratação, deverão ser inseridos reforços típicos (figura a seguir) nas emendas de peças que demandem este tratamento. O desenho da sambladura poderá ser adaptado, conforme cada caso, sob orientação da fiscalização do IPHAN.

Deverão ser utilizadas chapas metálicas com espessura de 5mm e tratadas com tinta antiferruginosa.

II. Estas chapas deverão ter uma dimensão que cubra totalmente a emenda e que se prolongue em 20cm para cada lateral da chapa.

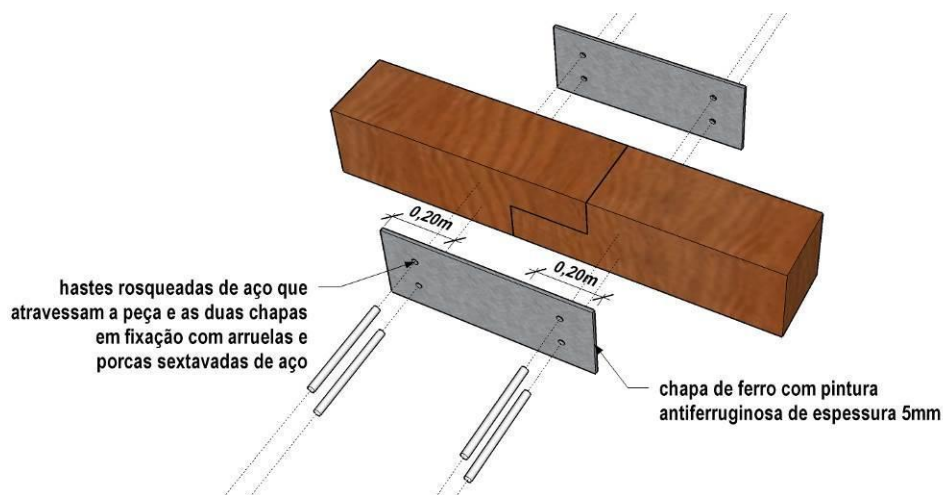


Imagem do reforço tipo, para emenda de peças

Recomendações gerais:

Todas as peças novas de madeira deverão ser tratadas contra o ataque de organismos xilófagos, conforme já especificado anteriormente.

Deverá ser gravada, no verso de todas as peças novas, a inscrição “MANUTENÇÃO 2022”, a fim de identificar o ano e a autoria da intervenção

Os encaixes típicos de madeira (mãos de amigo, rabo-de-andorinha, etc.), deverão ser refeitos de acordo com a técnica original.

Nas deteriorações irreversíveis aos moldes originais nas pontas de peças do frechal, a peça deverá receber reforço metálico, de chapas em “U” espessura 5mm, parafusadas

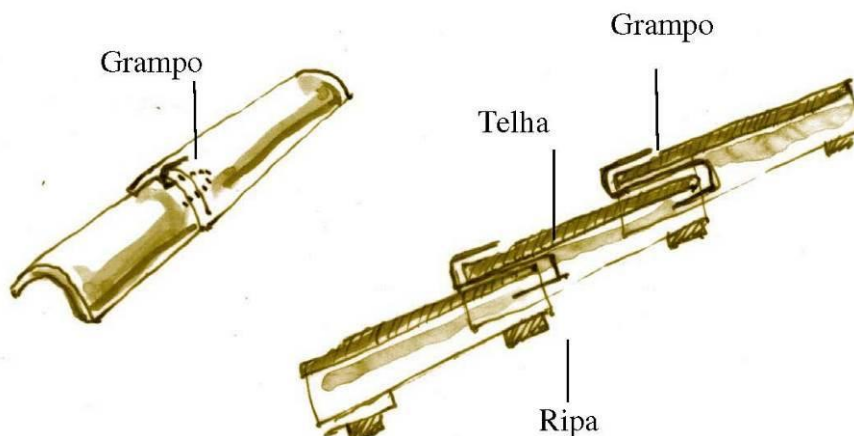
com três parafusos desalinhados entre si. As chapas receberão o corte necessário para o encaixe com a outra peça do frechal, rincões ou espigões para uma perfeita amarração da estrutura do telhado, conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

Parafusos e hastes rosqueadas deverão ser de, no mínimo, 38mm de diâmetro. Pontualmente, poderão ser utilizadas peças de diâmetro de 20mm, conforme indicação da fiscalização.

8.3. Retelhamento e execução de reparos

A recuperação do telhamento será executado da seguinte maneira:

- a. As telhas artesanais originais deverão ser retiradas, lavadas, impermeabilizadas e reutilizadas como “capa” do telhado para que mantenha-se a pátina e o aspecto de antigo do mesmo;
- b. As telhas em bom estado a serem reaproveitadas deverão apresentar bom acabamento: superfície pouco rugosa, sem deformações ou defeitos (fissuras, esfoliações, quebras, partes faltante, empenos, rebarbas) que dificultem seu assentamento, de forma a garantir a estanqueidade do telhado;
- c. O assentamento das telhas deverá ser feito agrupando-se as telhas de tamanho semelhante em um mesmo local;
- d. Se não houver telhas existentes em bom estado em quantidade suficiente para a cobertura da igreja e da sede, deverão ser adquiridas telhas nas mesmas dimensões e coloração das originais. Para efeito de percepção dos valores de antiguidade do prédio, deverá se priorizar o uso das capas antigas, já detentoras de pátina do tempo, nas águas de telhado mais visíveis nas visadas mas importantes (fachadas com varandas e pátio);
- e. Todas as bicas serão substituídas por telhas cerâmicas novas tipo capa-e-canal de primeira qualidade, compatíveis com as telhas existentes em dimensões e coloração compatíveis;
- f. As amostras das telhas novas a serem adquiridas deverão ser previamente apresentadas à FISCALIZAÇÃO para aprovação.
- g. Amarração de todas as telhas às ripas por meio de arame galvanizado de espessura mínima de 1.8 mm, de modo a evitar seu deslocamento, conforme figura abaixo



Sistema de grampos para o telhado.

h. Junto à cumeeira, que será composta por telhas de cumeeira, deverão ser instalados fragmentos de telhas, formando “bebedouros” (vide figura abaixo).

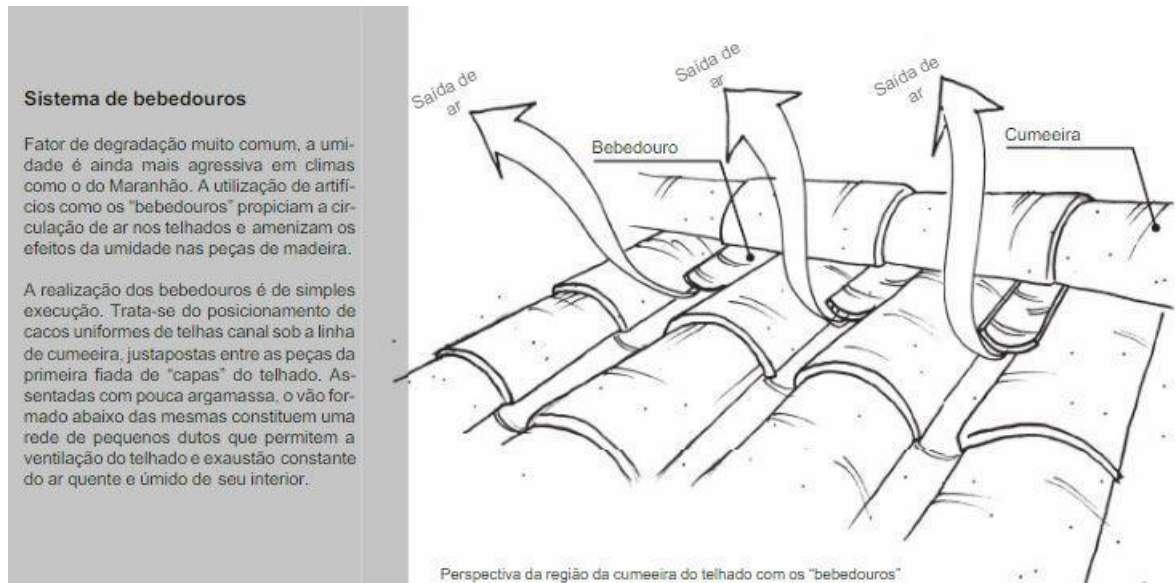


Ilustração da técnica dos “Bebedouros” para a cumeeira. Fonte: Manual de Conservação de Alcântara (BARRETO JUNIOR, 2009)

i. A colocação das telhas deverá partir do beiral em direção à cumeeira, com sobreposição de NO MÍNIMO 10 cm. No beiral e cachorro, onde houver alteração de inclinação, as fiadas de telhas deverão ter transposição de 20 cm e ser argamassadas, com argamassa composta por uma parte de cal para quatro (1:4) de areia ou saibro.

j. Para o cachorro do beiral devem ser selecionadas as telhas maiores para manter o mínimo de 20cm de transpasse.

k. O transpasse lateral das telhas de capa deverá ser de 1/3 das telhas, possibilitando um espaço de escoamento de 1/3 de sua largura total das telhas de canal.

l. O beiral deverá ter sua primeira fiada de telhas invertidas, de modo a aumentar a superfície de escoamento das águas; com a mesma finalidade, deverão ser efetuados cortes em ângulo de 45° ou 60° nas extremidades das capas da primeira fiada.

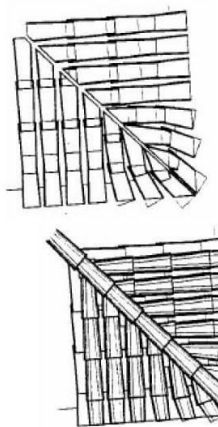
m. Rotação dos cunhais: as telhas dos beirais deverão ser gradualmente ajustadas, a partir da quinta fileira, de modo a alinharem-se com o espigão, como indicado no Manual de conservação de Telhados do Iphan (LA PASTINA FILHO, 2005, figura abaixo)

INVERSÃO DAS TELHAS DA PRIMEIRA FIADA

A inversão da primeira fiada de telhas, nos beirais de telhados de capa e canal, deve-se à preocupação com a infiltração de águas pluviais na parte mais sensível da cobertura, o quadro dos frechais.

Este detalhe proporciona o aumento da superfície de canal o que permite melhor escoamento das águas e de detritos eventualmente aí depositados, evitando sua obstrução.

Além disso, na extremidade da capa da primeira fiada executam-se cortes em ângulo de 45° ou 60°, aumentando ainda mais a superfície livre do canal correspondente.



RODO OU ROTAÇÃO DOS CUNHAIS

Junto aos cunhais, a partir da terceira ou quinta fileira, as telhas do beiral vão sofrendo rotações, afastando-se de sua posição perpendicular à parede, de modo a tornarem-se paralelas ao espigão, proporcionando assim, a concordância entre as águas correspondentes às paredes que se cruzam.



Fonte: LA PASTINA FILHO, José. **Manual de Conservação de Telhados**. Brasília: MinC / Iphan / Programa Monumenta, 1999, pg.35.

n. **Telhas de reposição:** deverão ser deixadas na sede da Fazenda Campos Novos, devidamente acondicionadas no local indicado pela FISCALIZAÇÃO, telhas em número na quantidade de 10% do total do telhado. Essas telhas deverão atender às mesmas exigências dispostas nas presentes especificações para as telhas a serem instaladas nos telhados.

o. **Substituição das calhas e rufos:** as novas calhas e rufos (deverão ser 100% substituídos) deverão ter ao menos 1m de transpasse em cada um dos lados, considerando sua inserção.

8.4. Manutenção e recuperação dos elementos de telhado e balaustrada da varanda

Todo o madeiramento da varanda deverá ser vistoriado pilares, guarda-corpos, balaustres, arremates de fixação, vigas de borda, cachorros e guarda-pós), prevendo-se os seguintes serviços de manutenção:

- Identificação das peças inservíveis e substituição das mesmas por elementos novos, confeccionados tendo por referência os elementos padronizados existentes;
- Lixamento e retirada da pintura existente dos elementos passíveis de manutenção e utilização, seguido de:
- Nivelamento e correção de lacunas e irregularidades;
- Revisão e correção de desenho, pela inserção de enxertos e desbastes;
- Retirada e troca de toda a ferragem de fixação por outras em inox ou aço galvanizado;
- Refazimento e correção de sambladuras;
- Lixamento e preparação com massa para recebimento de pintura sobre a madeira;
- Pintura em esmalte sintético fosco, na cor definida pela fiscalização.

- i) Recolocação de todo o conjunto de maneira a complementar todas as lacunas existentes, mantendo-se o desenho original.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022.
Naturezas das Despesas: 449051-05
Fonte de Recursos: 230
Programa de Trabalho: 12.364.0442.2819

RECEBIMENTO DO OBJETO

AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser entregues conforme escopo e elementos definidos neste Projeto Básico, seguindo o cronograma físico-financeiro do contrato.

Os serviços que forem entregues em desacordo com a especificação constante neste Projeto Básico serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a CONTRATADA a refazê-los no prazo assinalado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega, como também ser aplicadas penalidades previstas em lei.

As aprovações parciais por parte do contratante não eximem os autores das responsabilidades, dos erros ou falhas que os serviços executados possam conter, cabendo à CONTRATADA proceder às devidas correções, sem ônus para o contratante.

O aceite não exclui a responsabilidade civil pela segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na lei, e nos documentos constantes da contratação, tais como Edital, Projeto Básico e seus Anexos, Contrato, dentre outros.

ENTREGA DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS

Para o início do serviço, a empresa deverá providenciar a entrega de documentações de Responsabilidade Técnica, sejam Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, expedidas pelo CREA, e/ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica expedido pelo CAU, tanto pela execução dos serviços quanto para o responsável técnico.

O responsável técnico pelos serviços executados deverá assinar todas as peças gráficas, memoriais, especificações, relatórios, entre outros, mencionando o número de sua inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

MEDIÇÕES E PAGAMENTO

A metodologia de avaliação deverá ser aferida pelo fiscal competente por meio de documento técnico quando da finalização de cada etapa do contrato.

Deverão ser entregues, juntamente com cada medição, os diários de acompanhamento e relatórios fotográficos referentes ao período.

Após o aceite dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro firmado com a empresa contratada, a fiscalização da contratante fará a respectiva medição e atestará a conformidade do cumprimento da obrigação.

O pagamento será efetuado mediante apresentação das notas fiscais/faturas referente à medição realizada, conforme condições estabelecidas no Edital e no contrato.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, na forma prevista no inciso I, alínea “a”, do Art. 73, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- b) definitivamente, na forma do inciso I, alínea “b”, do Art. 73, da lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade do Contratado.

Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até **30 (trinta) dias**, a verificação dos serviços executados, para fins de **recebimento provisório**.

Em conformidade com o disposto no art. 76 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

A CONTRATANTE relacionará em laudo as eventuais falhas e/ou defeitos da execução, recebendo a CONTRATADA uma cópia para que possa providenciar as correções necessárias.

Quando os serviços estiverem perfeitamente executados, ou após as devidas correções, na forma das disposições constantes no Art. 69, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE terá o prazo de até **30 (trinta) dias** para o **recebimento definitivo** dos serviços, contados da assinatura do termo de recebimento provisório.

A CONTRATANTE somente receberá definitivamente o serviço quando este estiver perfeitamente de acordo com o Contrato e com o processo.

UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

Vide planilha orçamentária

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

O valor estimado desonerado é de **R\$ 1.556.586,16**, conforme planilha orçamentária com referência ao mês Julho/2022 do SINAPI.

VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência de **8 (oito) meses**, podendo ser prorrogado mediante justificativa e no interesse da Administração, nos termos da Lei 8.666/93.

A execução do objeto contratual deverá ocorrer dentro da vigência de contrato e sob prazo de até **8 (oito) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados do recebimento da Ordem de Início da parte da CONTRATANTE.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na legislação em vigor, pertinente a matéria;

Manter, na vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e, sempre que exigido, comprovar a regularidade fiscal;

Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela correta execução dos serviços, independentemente dos atos praticados pela fiscalização por parte do CONTRATANTE;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE; e

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, salvo se as partes acordarem supressões acima desse limite, na forma prevista no §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor especialmente designado para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, na forma estabelecida no Contrato;

Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a devida correção;

Garantir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências onde serão executados os serviços;

Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações; e

Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente

A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 16.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

A sanção prevista na alínea c, do item 16.1 será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 16.1:

- a) corresponderá ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- f)** deverá observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.1:

- a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 16.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados, devendo ser aplicada, dentre outras, nas seguintes hipóteses:

- a)** fraudar na execução contratual, por meio da prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;
- b)** comportar-se de modo inidôneo, por meio da prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 16.1, e no item 16.7, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 16.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 16.1.

Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

As penalidades previstas no item 16.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 16.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A aplicação das sanções mencionadas no subitem 16.13.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A Equipe de Fiscalização e Gestão do Contratual será designada por meio de Portaria a ser assinada pela autoridade competente da UENF.

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

O pagamento dos serviços será feito em parcelas, após a conclusão de cada etapa, resultante de medição e do aceite da etapa do serviço executado pela Fiscalização do Contrato, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação das notas-fiscais/faturas.

A CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente.

A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

Após a aprovação da medição, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente na agência do banco indicado pela CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestado pelo setor competente, se não houver motivos para retenção ou compensação de valores, sem prejuízo de eventual cobrança judicial.

O pagamento de cada etapa somente será efetuado após a verificação da regularidade de situação do CONTRATADO, mediante consulta online no SICAF, cujo resultado, impresso, será juntado ao processo, bem como após a comprovação do pagamento do pessoal CONTRATADO para a execução dos serviços relativos à cada etapa, bem como recolhimento das contribuições sociais devidas, que será demonstrada mediante a apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados pelo número do contrato, correspondente ao mês da última competência vencida e não houver qualquer outro motivo para sua retenção ou desconto, inclusive em face de multas aplicadas.

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, estes serão restituídos ao CONTRATADO para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

O CONTRATADO não poderá pleitear junto ao IPHAN, quaisquer pagamentos motivados por eventuais falhas ou erros contidos em suas propostas comerciais.

Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o tipo de serviço objeto desta licitação.

QUALIFICAÇÕES

A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Para a contratação dos serviços, a contratada deverá contar com uma equipe técnica mínima formada pelos profissionais abaixo, cuja comprovação deverá ser efetuada pela licitante na fase de habilitação:

Arquiteto ou Engenheiro sênior, responsável técnico pela execução dos serviços de restauração e/ou conservação, o qual deverá ter experiência comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CAU e ou CREA em obras em bens tombados em qualquer instância com as mesmas características, complexidade e porte do objeto em questão, **ou seja, realização de**

obras de manutenção ou restauração em edificação de características coloniais, com alvenarias portantes em pedra argamassada e coberturas em telhas capa e canal.

Arquiteto residente, o qual deverá ter experiência comprovada no acompanhamento de obras por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CAU e/ou CREA em obras em bens tombados em qualquer instância com as mesmas características, complexidade e porte do objeto em questão.

Os profissionais acima descritos deverão apresentar seus respectivos registros e anuidades profissionais do ano corrente à licitação devidamente pagas no órgão de classe competente (CREA/ CAU). Deverão, ainda, ter vínculo com a empresa licitante comprovado por meio de documentação hábil, qual seja: contrato entre as partes, cópia da CTPS ou fazer parte do estatuto ou contrato social da mesma. O vínculo acima referido da licitante vencedora com o profissional deverá subsistir por, no mínimo, toda a fase de execução do serviço, até sua entrega definitiva e o integral cumprimento do contrato entre a empresa vencedora e a CONTRATANTE.

A qualificação técnica da empresa será comprovada mediante atestado de capacidade técnica, comprovando a execução de serviços compatíveis em características, complexidade e porte do objeto do presente Projeto Básico, ou seja, realização de obras de manutenção ou restauração em edificação de características coloniais, com alvenarias portantes em pedra argamassada e coberturas em telhas capa e canal, com área equivalente a pelo menos 50% da área do presente objeto de trabalho.

DA GARANTIA CONTRATUAL

Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da celebração do contrato.

SIGILO

A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura (Art. 3º, §3º, Lei 8.666/93).

RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços podem ser considerados como “serviços comuns”, por tratarem-se fundamentalmente de um conjunto de ações de conservação e manutenção que, embora realizados em edificação tombada, apresentam baixa complexidade.

Os serviços ora contratados serão executados por empresa cadastrada junto ao CAU/CREA-RJ conforme as orientações deste Projeto Básico e as NORMAS TÉCNICAS vigentes, pertinentes ao objeto.

A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra qualificada para executar os diversos serviços; esta qualificação inclui os equipamentos e ferramentas necessárias ao bom desempenho de cada serviço.

Todos os materiais adquiridos para a serem utilizados na execução dos serviços novos deverão ser de primeira linha, livres de falhas, preferencialmente de marcas consagradas no mercado atendendo plenamente ao objeto deste Projeto Básico. E, naqueles que couberem, deverão ser certificados pelos órgãos reguladores das matérias (INMETRO, IBAMA, INEA, entre outros).

Na execução dos serviços deverão ser seguidas as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), as disposições do projeto, a boa técnica e as práticas recomendadas e consagradas para serviços equivalentes e os regulamentos dos fornecedores e/ou das concessionárias.

MATERIAL E FERRAMENTAS

A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para assegurar, até a data da entrega, a proteção dos materiais, das instalações, das ferramentas e dos serviços, contra as degradações previsíveis, especialmente devidas às intempéries, roubos e depredações.

A CONTRATADA deverá instalar o seu canteiro, armazenar o seu material, ou descarregar os equipamentos nos locais indicados como disponíveis pela FISCALIZAÇÃO do IPHAN.

O IPHAN não se responsabilizará pelos roubos, furtos ou deteriorações que possam ocorrer durante a execução dos serviços; por conta disso, a CONTRATADA deverá se precaver com medidas de segurança para seus materiais, guardando-os em depósitos e caixas chaveados.

Não será permitida a permanência de material inflamável no local dos serviços, após o horário de trabalho.

RESÍDUOS

A CONTRATADA ficará responsável pela retirada de todos os despejos, lixos e entulhos provenientes da execução dos serviços. Não poderá verter nas redes de esgoto existente, no local dos serviços em que estiver trabalhando, despejos que possam deteriorar ou entupir as tubulações das redes de esgotos, e causar poluição de qualquer natureza. A rede de águas pluviais e corpos d'água não deverão receber elementos poluentes, como cimento, produtos químicos diversos, entre outros.

Dispor o material de bota-fora da proveniente dos serviços em local licenciado ou previamente autorizado pela Prefeitura Municipal ou no próprio terreno.

Implantar dispositivos de proteção de pedestres e sinalização para veículos, durante a realização dos serviços, de modo a minimizar os riscos de acidentes.

Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e reduzir o nível de ruídos provenientes da execução dos serviços e do fluxo de veículos.

Adotar medidas de controle para evitar o carreamento e o transbordamento de material para as vias públicas e atender as normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante a execução dos serviços.

Não realizar queima de qualquer material ao ar livre.

Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos).

O local de execução dos serviços e suas adjacências deverão estar sempre livres de detritos e/ ou sobras. A CONTRATADA será responsável pela limpeza de serviços.

A CONTRATADA deverá providenciar material de consumo, referentes à limpeza, administração, proteção, segurança para execução de seus serviços.

A triagem e o descarte dos resíduos da construção deverão seguir as especificações da Resolução nº 307 de 5 de julho de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Para fins de fiscalização a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT /2004, 15113/2004, 15114/2004, 15115/2004 e 15116/2004.

PESSOAL

A CONTRATADA será responsável por manter durante a execução dos serviços, dentro do horário de trabalho, profissionais habilitados e capacitados, munidos do respectivo cartão de identificação e devidamente uniformizados, sendo que um engenheiro será responsável pela execução e andamento dos serviços, o qual deverá ter experiência comprovada em serviços compatíveis com o objeto deste Projeto Básico, capacitado para prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO DO IPHAN e ou seus prepostos.

Caberá à CONTRATADA oferecer as condições de segurança e prevenção contra acidentes de trabalho, de acordo com as normas regulamentares editadas pelo MT - MINISTÉRIO DO TRABALHO.

Será obrigatória a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os profissionais envolvidos nos serviços de acordo com as suas atividades e/ou áreas de trânsito.

Durante a execução dos serviços, deverá ser dada total atenção a segurança dos funcionários, dos usuários em geral e dos equipamentos, devendo ser observadas com a máxima atenção as normas de segurança e prevenção de acidentes. Deverá existir EPI à disposição dos funcionários, fiscais e visitantes, que deverão utilizar, no mínimo, os seguintes equipamentos:

- Capacete de segurança;
- Botas ou sapatos de segurança;

- Cinto de segurança, quando necessário;
- Colete sinalizador.

A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários crachá com fotografia para identificação.

A CONTRATADA deverá providenciar a retirada imediata e substituição no prazo máximo de 48 horas de qualquer funcionário e prestadores de serviços, que demonstre incompetência para a execução das tarefas, hábitos de conduta nocivos ou cuja presença seja julgada inoportuna pela FISCALIZAÇÃO do IPHAN.

A empresa deverá tomar todas as precauções úteis para evitar danos e acidentes ao seu pessoal, aos seus bens e serviços.

Fornecer todos os materiais, equipamentos e pessoal necessários ao perfeito desempenho dos serviços contratados, assumindo todos os custos decorrentes deste fornecimento, inclusive tributos, contribuições fiscais e encargos trabalhistas, securitários e previdenciários.

GARANTIAS

A CONTRATADA fornecerá à FISCALIZAÇÃO, catálogos e garantias de todos os produtos utilizados.

Os serviços executados terão garantia de 05 (cinco) anos, contados a partir do seu recebimento final. Durante esse período a CONTRATADA se responsabilizará por eventuais reparos de defeitos decorrentes da qualidade dos materiais aplicados ou de má execução.

O termo de garantia deverá ser apresentado à FISCALIZAÇÃO por ocasião da solicitação do recebimento definitivo dos serviços.

Subcontratação de serviços: A subcontratação só será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE. Para este efeito, as consultas deverão estar acompanhadas da qualificação técnica da empresa a ser subcontratada.

Garantia exigida: Os serviços previstos devem ter garantia de 5 (cinco) anos após a sua Entrega Definitiva.

A Contratada deverá manter no canteiro um Livro de Ocorrências/Diário de Atividades, com folhas numeradas, no qual serão anotados diariamente os serviços que estiverem sendo executados e as ocorrências relevantes, devendo ser redigido pelo responsável técnico pelos serviços e visado pela FISCALIZAÇÃO. Deverão ser descritos no Diário de Atividades os materiais que estão sendo recebidos e retirados do local, bem como que seja feita juntada das cópias das notas dos materiais recebidos.

No canteiro deverá ser mantida ainda uma cópia integral do Contrato, da especificação, do projeto, detalhes e das planilhas. A Contratada deverá manter seus funcionários devidamente identificados por meio de uniforme e crachá.

A CONTRATADA deverá apresentar, a cada 30 (trinta) dias, um relatório completo dos serviços executados contendo fotos comentadas de acordo com as orientações da Fiscalização. Esse relatório deverá ser apresentado à mesma Fiscalização antes do pagamento de qualquer fatura.

O Arquiteto residente deverá exercer suas atividades, compartilhando seu tempo de dedicação no local dos serviços e, quando solicitado pela CONTRATANTE, na unidade designada pelo IPHAN,

tendo em vista o pleno cumprimento dos deveres contratuais relativos ao acompanhamento dos serviços, emissão de relatórios, arquivamentos de fotos, cópia do diário de atividade, entre outros.

O local no qual serão realizados os serviços possui, em funcionamento, a sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Em comum acordo com a Fiscalização, os serviços deverão acontecer sem prejuízo às demandas daquela atividade, estruturando, para tanto, entrada independente.

Será responsabilidade da CONTRATADA o controle de seus prestadores e fornecedores, cabendo a eles todas as exigências acima descritas.

ANEXOS

ANEXO A.1 - Pranchas de Especificação dos Serviços

ANEXO E – Planilha Orçamentária de Custos Unitários – ONERADA/DESONERADA

ANEXO F – Planilha de formação de preços – ONERADA/DESONERADA

ANEXO G – Composição Analítica do BDI

ANEXO H – Cronograma físico-financeiro estimado – ONERADO/DESONERADO

ANEXO I – Cronograma físico-financeiro para preenchimento – ONERADO/DESONERADO

Ivo Matos Barreto Junior

Arquiteto ETRL/ IPHAN-RJ

Mat. 1547029

Resp. Técnico Especificações Técnicas

Sérgio Oliveira Nogueira da Silva

Arquiteto – Secretário Adjunto de Planejamento

SECPLADUR - Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Mat. 805650

Revisão de Projeto, Planilha Orçamentária e Cronograma

Gabriela Cardinot dos Santos

Arquiteta - SECPLADUR

Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Mat. 830724

Revisão de Projeto - Pranchas de Especificação dos Serviços

Rachel Medeiros da Silva

Engenheira Civil - SECPLADUR

Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Mat. 906053

Planilha Orçamentária e Cronograma